

# SINALIZANDO

Nº 8 • fev 2025

Revista digital do SINAL

## MESA NEGOCIAL

MP 1.286 consolida conquistas para servidores do BC; SINAL busca mais avanços no Parlamento com emenda pelo nível superior dos Técnicos

PEC 65/2023

Mobilização, que impediu o andamento da matéria, segue, com ato de protesto em 20 de fevereiro de 2025 no Senado

30ª AND

Votação eletrônica de 12 a 17 de fevereiro de 2025 complementar a pauta salarial da categoria para o próximo período

# Sumário

---

 *Clique nos títulos para ler as matérias na íntegra.*



MP 1.286 consolida conquistas para servidores do BC; SINAL busca mais avanços no Parlamento



Mobilização, que impediu o andamento da matéria, segue, com ato de protesto em 20 de fevereiro de 2025 no Senado



Votação eletrônica de 12 a 17 de fevereiro de 2025 complementarará pauta salarial da categoria



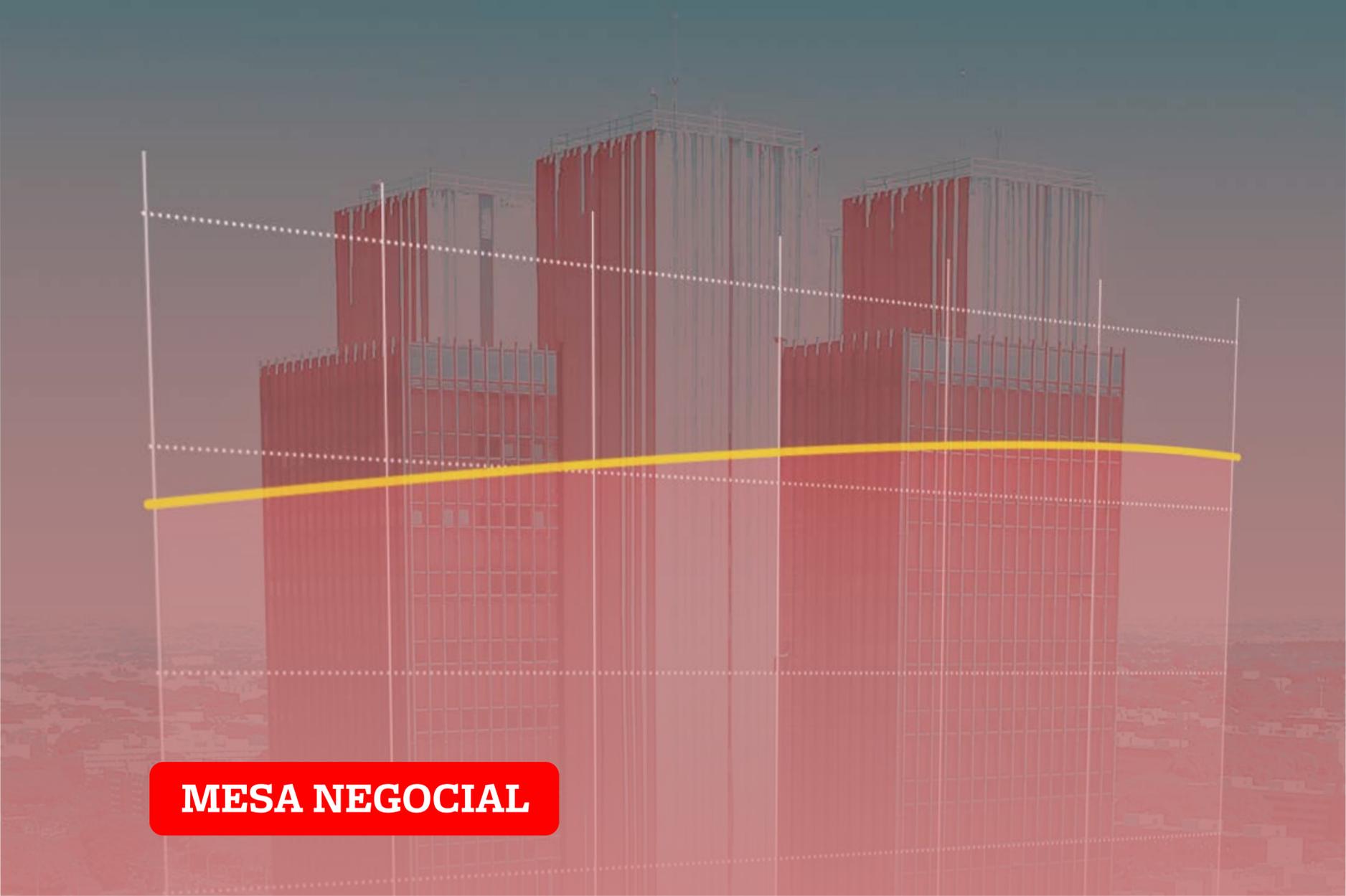
Presidente e vice-presidente do Fonacate falam sobre desafios e perspectivas para 2025



Últimos anos trouxeram novos modelos de mobilização para o BC



SINAL reafirma defesa do trabalho remoto como regra na Autarquia



**MESA NEGOCIAL**

## **MP 1.286 consolida conquistas para servidores do BC; SINAL busca mais avanços no Parlamento com emenda pelo nível superior dos Técnicos**

---

**D**ois mil e vinte e cinco começou com uma boa notícia, vinda do apagar das luzes do último ano. A publicação da Medida Provisória (MP) 1.286/2024, em 31 de dezembro, efetiva uma série de conquistas, trazendo como ponto central o reajuste da carreira de Especialista do BC, fruto da mesa negocial específica com o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI). A recomposição, somada aos 9% concedidos em 2023, não supre a corrosão histórica, contudo representa a superação de perdas acumuladas nos últimos exercícios.

O acordo assinado com o governo federal prevê reajustes de até 24%, divididos em duas parcelas (janeiro de 2025 e abril de 2026). A MP, todavia, condiciona seus efeitos financeiros à aprovação da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2025, o que levou o Sindicato a estabelecer canais de diálogo no Congresso Nacional, iniciados ainda no período de recesso parlamentar e que têm sequência no retorno do Legislativo, visando garantir a aprovação da LOA o mais breve possível, e o consequente pagamento dos valores retroativos

Entre as conquistas obtidas no pacto firmado, aprovado com 80% de votos favoráveis em assembleia da categoria, e asseguradas na MP, consta o atendimento a demandas históricas, o que inclui a ampliação das prerrogativas e a alteração do nome do cargo de Analista para Auditor.

No processo negocial com o governo, foram fundamentais a mobilização e o respaldo à atuação política do Sindicato prestado por todos os servidores da Autarquia, o que permitiu que a mesa específica do BC fosse uma das primeiras a serem instaladas e concluídas, tornando-se paradigma para negociações com outros setores.

“A avaliação é que, apesar das muitas adversidades, conseguimos um bom acordo. O ponto negativo foi a intransigência do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos em tratar das questões não salariais importantes”, afirmou o presidente do SINAL, Fábio Faiad, à imprensa, à época da assinatura do termo.

## **AVANÇOS PARA OS NOVOS**

Entre os avanços consolidados, está o enquadramento adequado na carreira para os servidores provenientes do mais recente concurso. Com a elevação da quantidade de níveis, de 13 para 20, para progressão funcional, haveria uma defasagem, inclusive remuneratória, no nível de entrada na nova estrutura da carreira em relação ao modelo vigente na data de publicação do edital do certame.

O Sindicato atuou fortemente junto ao MGI durante todo o segundo semestre de 2024 por esse pleito, que foi acatado pelo governo. Conforme dispõe o Art. 211 da MP, os candidatos aprovados em concursos públicos “em vigor em 31 de dezembro de 2024 ... ingressarão na classe e no padrão iniciais da estrutura do cargo vigente na data de publicação do edital de abertura do concurso público”. Essa previsão, conforme destacou o SINAL nos diálogos com chefias no MGI, representa uma medida de justiça, respeitando a expectativa daqueles que foram aprovados no certame.

## **SOBRARAM CRÍTICAS AO MGI**

Embora elogiável a abertura e manutenção de um canal de diálogo por parte do governo, o processo de negociação não ficou isento de críticas pelas entidades representativas do corpo funcional do Executivo - inclusive carreiras como a do Banco Central que chegaram a um bom termo - quanto à postura intransigente e, muitas vezes, impositiva dos representantes do governo, como no caso do aumento de 13 para 20 níveis na progressão de carreira e consequente rebaixamento do salário de ingresso.

Em audiência pública na Comissão de Administração e Serviço Público (CASP) da Câmara dos Deputados, no dia 12 de novembro, dedicada a fazer um balanço das negociações, Fábio Faiad reconhe-

ceu a importância do canal, mas observou que é necessário respeitar alguns parâmetros para que o processo seja bem-sucedido.

Na oportunidade, as lideranças pontuaram a importância de que o Estado caminhe no sentido da regulamentação da Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que prevê, entre outros pontos, o direito à negociação coletiva no setor público.

“Para nós, foi um avanço levarmos os sindicatos até uma mesa negociadora, mas, ao mesmo tempo, é importante que apontemos todas as inconsistências ainda decorrentes desse processo”, afirmou a deputada Alice Portugal (PCdoB/BA), proponente da audiência. A congressista se comprometeu a levar as queixas, bem como as demandas pendentes, à titular do MGI, Esther Dweck.

## **MOBILIZAÇÃO SEGUE**

Importa destacar que o acordo e a consequente edição da MP 1.286/2024 não encerram a mobilização, haja vista o não encaminhamento de demandas fundamentais da pauta de reivindicações da categoria. Neste sentido, na primeira semana de fevereiro de 2025, foram apresentadas duas emendas ao texto da MP, com vistas a assegurar a continuidade do processo de modernização das carreiras do Banco Central do Brasil.

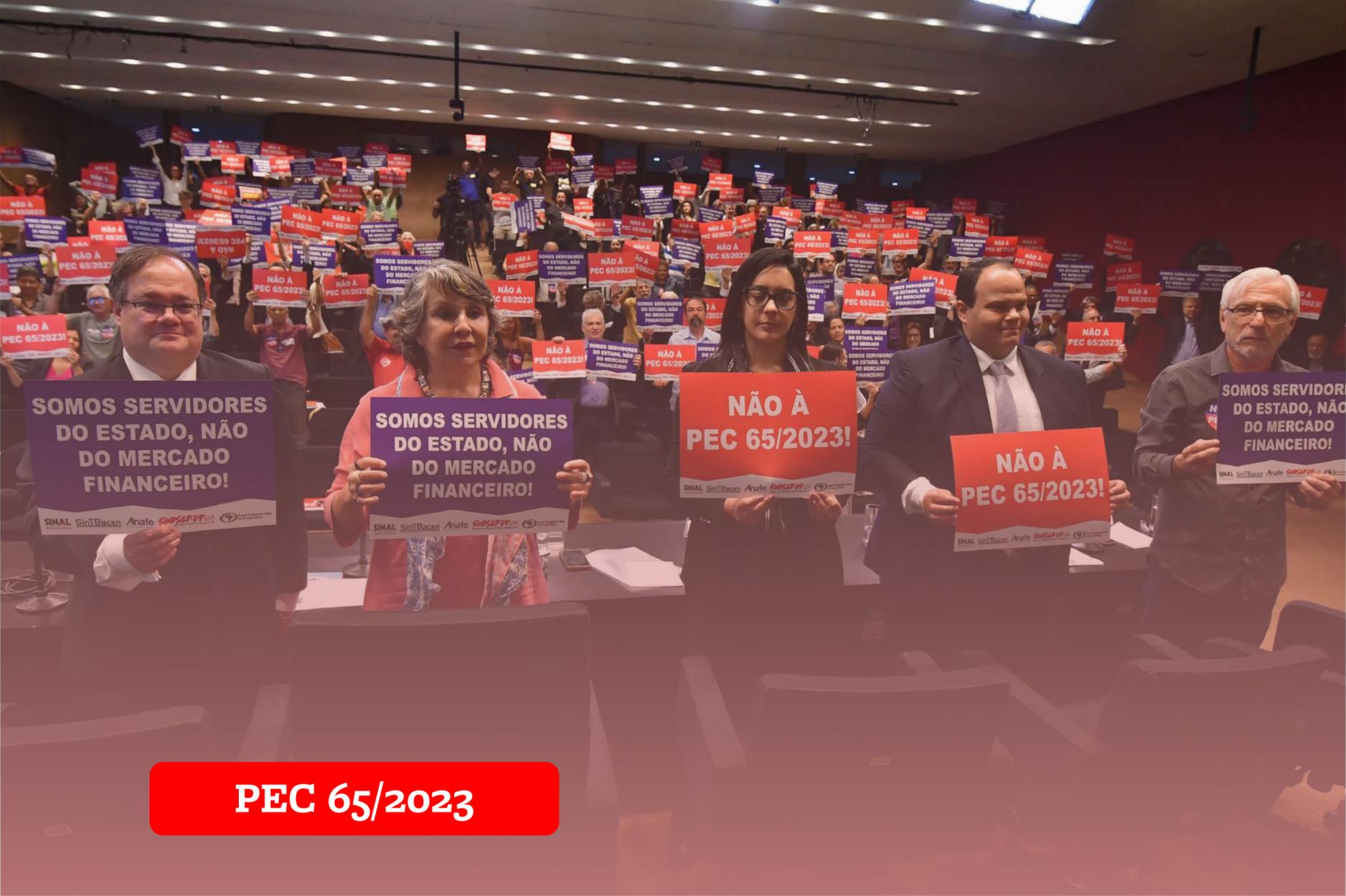
Além do nível superior para o cargo de Técnico, articulado em parceria com o SinTBacen (emenda 460), o SINAL trabalhou, junto à deputada Érika Kokay (PT/DF), a interposição de outra emenda, tratando também do reconhecimento das carreiras do BC (Especialista e Procurador) como exclusivas de Estado, de atribuições, de prerrogativas e de jornada de trabalho.

O SINAL reafirma o orgulho de ter assinado, juntamente com o SinTBacen, o acordo resultante da mesa específica com o governo, que trouxe uma série de conquistas para o corpo funcional da Autarquia e reforçou a legitimidade das representações sindicais, e segue na busca por estes e outros avanços no âmbito do Legislativo em prol da categoria.

Acompanhe notícias em nosso site ([sinal.org.br](http://sinal.org.br)).

VOLTAR PARA  
O SUMÁRIO





**PEC 65/2023**

## **Mobilização, que impediu o andamento da matéria, segue, com ato de protesto em 20 de fevereiro de 2025 no Senado**

**O** início de 2025 foi marcado por reiteradas cobranças a Gabriel Galípolo por audiência para discutir e tratar de aspectos relacionados à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 65/2023, que trata da independência do Banco Central do Brasil. Ao novo presidente do BC, o SINAL reafirmará, em todas as oportunidades, os retrocessos esperados de uma eventual aprovação da matéria, que tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado Federal.

Em uma primeira rodada de diálogos, em dezembro de 2024, o Sindicato alertou, dentre outros pontos, sobre os prejuízos da transformação de autarquia pública em instituição de direito privado e da migração dos servidores do Regime Jurídico Único (RJU) para o regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), medidas que podem impactar de maneira extremamente negativa na própria autonomia do Banco Central no que se refere à regulação do mercado. Na mesma oportunidade, o SINAL ponderou que não se recusa a debater a autonomia do BC. Todavia, entende que avanços, inclusive a cerca da autonomia orçamentária, podem ser alcançados por intermédio de legislação infraconstitucional e

sem a necessidade de mudança no regime jurídico da Autarquia. Acrescentou, ainda, que qualquer modelo de projeto de autonomia deve respeitar as prerrogativas dos servidores e ter como fim o bem-estar da população e o desenvolvimento sustentável do país, objetivos que passam ao largo do texto da PEC 65/2023.

O Sindicato iniciou o ano também reafirmando a disposição à manutenção das ações contra a matéria. Além da continuidade dos diálogos com interlocutores no Executivo e no Legislativo, já está previsto um novo ato de protesto para o próximo dia 20 de fevereiro de 2025, a partir das 14h, em frente ao Anexo II do Senado Federal, em Brasília. A mobilização também se estende às mídias sociais e vem recorrentemente pautando veículos da grande imprensa.

Já no dia 24, SINAL, Sindsep-DF, Anafe e SinTBacen se reunirão com o titular da Dirad do BC, Rodrigo Teixeira, para tratar da matéria, oportunidade em que reafirmarão a decisão da categoria contra a proposta “independentemente de alterações”.

## **MOBILIZAÇÃO FRUSTROU DEFENSORES**

Mais de um ano após sua apresentação, a proposta segue à espera de deliberação na CCJ do Senado. A ausência de movimentação, fruto de uma forte resistência por parte de diferentes atores, tendo o protagonismo do SINAL, contraria os prognósticos de alguns de seus artífices e defensores, que apostavam em uma promulgação ainda em 2024.

É sempre importante lembrar que a PEC 65/2023 veio a público no auge das mobilizações dos servidores, inclusive no Parlamento, pela valorização da carreira de Especialista, o que, além de causar grande alvoroço, ensejou um planejamento estratégico assertivo.

No período de novembro de 2023 a abril de 2024, o SINAL, apesar das grandes dificuldades, conseguiu simultaneamente conduzir os debates sobre a PEC 65/2023 e as negociações que levaram ao acordo firmado com o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) na mesa específica. “Se tivessem sido mal conduzidos, um assunto poderia ter atrapalhado o outro. Não foi fácil e nem indolor, mas conseguimos liderar o fechamento do acordo salarial e a votação eletrônica sobre a PEC antes da apresentação do relatório do senador Plínio Valério na CCJ, em maio de 2024”, recorda o presidente do Sindicato, Fábio Faiad.

Neste sentido, assembleias e diversas outras reuniões virtuais foram realizadas exclusivamente para tratar do tema, bem como estudos administrativos e pareceres jurídicos elaborados e analisados, de forma a dar à categoria condições de debater e definir um encaminhamento sobre o assunto.

À época, houve críticas tanto sobre uma possível demora quanto um possível aqodamento da realização da votação eletrônica (VE) para deliberar em relação à PEC 65/2023. Vale destacar que a decisão do Conselho Nacional (CN) do SINAL sobre a escolha da data de realização da VE permitiu amplo debate sobre o assunto pelos servidores; a edição e avaliação de estudo acerca dos impactos jurídicos, econômicos e administrativos da proposta; e a convocação de um número recorde de participantes (mais de 4500), logo antes da apresentação do relatório na CCJ.

Também surgiram críticas quanto à adoção de três opções na cédula de votação, em vez da solução binária “a favor ou contra à PEC 65/2023”. Neste ponto, a decisão do CN no sentido da existência das três opções permitiu que a categoria demonstrasse, de forma inequívoca, a rejeição - por mais de 74% dos votantes, à essência da PEC 65/2023, independente de alterações. Tal resultado foi imprescindível para o convencimento dos senadores a respeito dos malefícios da proposta de emenda constitucional.

Acompanhe a repercussão do enfrentamento à PEC 65/2023, bem como notícias atualizadas sobre as atividades em nosso site ([sinal.org.br](http://sinal.org.br)) e em nossas redes sociais.

VOLTAR PARA  
O SUMÁRIO





## **Votação eletrônica de 12 a 17 de fevereiro de 2025 complementar a pauta salarial da categoria para o próximo período**

---

**D**e 12 a 17 de fevereiro, os servidores do Banco Central do Brasil, ativos, aposentados e pensionistas, filiados ou não, poderão participar da votação eletrônica (VE) para a definição do complemento da pauta reivindicatória da categoria no próximo período. Os itens a serem apreciados pelo corpo funcional foram indicados pelos delegados de todo o país durante os debates da plenária da 30ª Assembleia Nacional Deliberativa (AND) do Sindicato, que tem como tema “O fortalecimento do SINAL e os próximos passos na defesa dos servidores do BC”.

Até o momento, foram realizadas duas etapas da plenária: uma nos dias 29 e 30 de novembro e 1º de dezembro, na cidade do Rio de Janeiro, e outra por meio de videoconferência nos dias 14 e 15 de dezembro. Durante os cinco dias de trabalhos, as delegações regionais se dedicaram a discutir, de maneira detalhada, os principais temas do momento, que têm preocupado o corpo funcional da Autarquia e ocupado a agenda do SINAL, e apresentaram suas contribuições para o fortalecimento institucional da entidade.

A plenária deliberou sobre assuntos diretamente relacionados ao dia a dia dos servidores, como a busca pelo trabalho remoto como regra na Autarquia e o fortalecimento das diversas sedes do Banco Central pelo país. Também foi indicada pelos delegados a necessidade de atuação ainda mais próxima aos colegas aprovados no último concurso para a Autoridade Monetária.

Com vistas à continuidade da mobilização em defesa dos interesses do corpo funcional da Casa, os delegados discutiram e indicaram parâmetros para a campanha reivindicatória dos próximos dois anos. Esses são os itens que estão sob análise na VE em nossa página eletrônica. É importante lembrar que o acordo firmado com o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) na mesa negocial específica em 2024, resultando na Medida Provisória (MP) 1.286/2024, não contemplou alguns pleitos históricos. Portanto, o biênio será de manutenção dos diálogos, não apenas no Executivo, mas também no Congresso Nacional.

Foram ainda aprovadas diretrizes para reforçar demandas já canceladas em votações anteriores, como o aprimoramento do Programa de Assistência à Saúde dos Servidores do Banco Central (PASBC), a reposição das perdas salariais históricas e a correção das assimetrias externas, o nível superior para os Técnicos e a proporção de 60% em relação ao subsídio dos Auditores, a busca por um acordo acerca dos 28,86% e o enfrentamento à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 65/2023.

A plenária tratou também de questões estatutárias, com o objetivo de alinhar a gestão do Sindicato às demandas atuais e, consequentemente, garantir uma melhor representação dos interesses da categoria. Um dos pontos aprovados pelos delegados foi a criação do fundo de greve, de modo a oferecer respaldo nas mobilizações futuras.

Na conclusão da etapa presencial da plenária, em 15 de dezembro, os delegados aprovaram, de maneira unânime, moções em apoio à democracia e por uma política monetária eficaz e eficiente.

A última etapa da plenária da 30ª AND será realizada nos dias 21, 22 e 23 de fevereiro, em Brasília, e será destinada exclusivamente à conclusão das deliberações sobre alterações estatutárias.

## **PROCESSO DEMOCRÁTICO**

Uma importante característica da AND, máxima instância deliberativa do Sindicato, é a ampla participação dos servidores do BC. Da apresentação de propostas para os grupos temáticos, passando pela eleição dos delegados regionais, até o referendo da pauta reivindicatória, o processo é pensado de modo a dar protagonismo à categoria.

Na 29ª edição da Assembleia, em 2022, o SINAL conseguiu que toda a programação fosse realizada de forma virtual. Todavia, para tanto, houve a necessidade de reduzir seu escopo, deixando de tratar de propostas de alteração estatutária, uma vez que o processo de debate é mais complexo e o quórum para aprovação de mudanças ao Estatuto é diferenciado. Já para a 30ª AND, com o acúmulo de demandas por alterações estatutárias, não foi possível a realização integralmente virtual. Portanto, o processo teve de ser repensado.

O presidente nacional do SINAL, Fábio Faiad, ressalta as inovações trazidas para a atual edição. “O acréscimo dos processos preparatórios virtuais é fundamental para a AND, tanto para a redução dos custos quanto para a ampliação da participação dos filiados. Retiramos da plenária presencial dois processos: a eleição da Mesa Diretora e a aprovação do Regimento da AND. Ambos foram realizados anteriormente, de forma 100% virtual.”

Para saber mais sobre a AND e sobre as formas de participação na VE que definirá a pauta reivindicatória, acompanhe notícias em nosso site ([sinal.org.br](http://sinal.org.br)).

VOLTAR PARA  
O SUMÁRIO





**CONJUNTURA**

## **Presidente e vice-presidente do Fonacate falam sobre desafios e perspectivas para 2025**

---

**Q**uais são os desafios e perspectivas para o serviço público em 2025? Quais as pautas mais urgentes na agenda do funcionalismo? O presidente do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), Rudinei Marques, e o presidente do SINAL e vice-presidente do Fórum, Fábio Faiad, responderam a essas e outras questões durante *videocast* produzido pelo Sindicato em janeiro.

“Talvez não seja um ano tão tensionado como foi 2024, por conta das negociações salariais, mas ainda há muitas questões a serem resolvidas”, avaliou Rudinei Marques, que espera um espaço para diálogos mais propositivos no atual período. Um dos destaques é a regulamentação da Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que trata, entre outros pontos, da negociação coletiva e do direito de greve no setor público. O tema está em debate no âmbito do Executivo.

Para Marques, é imprescindível estabelecer parâmetros nas relações entre governo e servidores. Ele reconheceu a importância da criação de canais de diálogo na atual gestão do Executivo, mas ponderou que “não há calendário, nem regras de mediação e arbitragem. A cada negociação, temos que inventar a roda. Isso

é ruim para nós, para o governo e para a sociedade”, salientou, destacando que a falta de critérios leva a uma maior incidência de greves no setor.

Os representantes do Fórum observaram que a reforma da Administração, tema sempre presente, interessa aos servidores e não deve ser temida, pois o Estado precisa se adaptar para oferecer sempre as melhores respostas às demandas da sociedade. No entanto, deixaram claro que o modelo de reforma desenhado pela Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32/2020 é inaceitável, pois fragiliza as estruturas do serviço público e traz repercussões extremamente nocivas ao corpo funcional. “O Estado brasileiro precisa do servidor como garantia democrática e de prestação de serviços de qualidade à população”, ressaltou Faiad.

Vale lembrar que o Fonacate tem assento na Câmara Técnica de Transformação do Estado do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável, que reúne membros do governo e lideranças de entidades da sociedade civil organizada.

No início da Sessão Legislativa, a demanda mais urgente é a aprovação da Lei Orçamentária Anual (LOA) 2025, garantindo a implementação dos reajustes remuneratórios pactuados com o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) e previstos na Medida Provisória (MP) 1.286/2024. O Fonacate já promove interlocuções no Congresso Nacional para agilizar a resolução do pleito.

## **PREVIDÊNCIA**

O novo ano também será marcado pela intensificação das ações no Parlamento para aprovação da PEC 6/2024, que prevê a extinção gradual da Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor (CPSS) dos aposentados e pensionistas. Rudinei Marques classificou a cobrança como “uma injustiça que se arrasta desde 2003” e lembrou que o Brasil é um dos poucos países no mundo que impõem tal ônus ao segmento.

Na mesma esfera temática, Fábio Faiad destacou que o Fonacate está construindo uma proposta de código previdenciário, com o objetivo de criar parâmetros e apresentar soluções para distorções geradas pela mais recente reforma (Emenda Constitucional 103), como nos casos de pensão por morte. Ainda indicou a continuidade das tratativas com o governo para a revogação definitiva e reversão dos efeitos do Decreto 10.620/2021, que transferiu a gestão de aposentadorias e pensões de instituições públicas para o INSS.

Para conferir a entrevista na íntegra, [clique aqui](#).



**AVANÇO**

## Últimos anos trouxeram novos modelos de mobilização para o BC

---

**A** força e a assertividade alcançadas pela mobilização dos servidores do Banco Central do Brasil no último período ganharam eco não apenas em outras carreiras do setor público, inspirando mais levantes no seio do funcionalismo, e nas instâncias decisórias do governo, mas estamparam as páginas da grande imprensa incontáveis vezes. A luta organizada da categoria rendeu importantes frutos, como a prioridade na abertura da mesa específica junto ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) e os consequentes avanços do acordo firmado junto à pasta e materializados na Medida Provisória (MP) 1286/2024.

Nos últimos três anos, o modelo de organização do enfrentamento por parte dos servidores do BC passou por importantes melhorias, sendo uma das mais destacadas a consolidação da assembleia nacional por meios virtuais. A modalidade permitiu, por exemplo, a presença de servidores de todo o país em um só ambiente, elevando o número de participações e trazendo maior qualidade para os debates e maior representatividade para as decisões encaminhadas pelo conjunto do corpo funcional.

No período foi também idealizada, implementada e liderada pelo SINAL a operação-padrão no BC, que reuniu uma série de iniciativas: paralisações parciais em sequência; atraso, suspensão parcial ou suspensão total de atividades, sem desrespeito às leis e normas; e forte atuação midiática, tanto no ambiente interno quanto no contexto externo - rádio, TV, jornais, mídias sociais, etc. Restou evidente a viabilidade da realização de uma operação-padrão mesmo dentro do modelo de trabalho remoto, o que para alguns, dentro e fora da Autarquia, parecia impossível. As greves de janeiro de 2024 também foram realizadas em ambiente de trabalho remoto, representando uma quebra de paradigmas.

Ambas as mobilizações foram fundamentais para os consecutivos avanços que culminaram na assinatura do termo de acordo com o MGI, assegurando, dentre outros pontos, o reajuste de até 24%, que garantiu mais recursos também para o Programa de Assistência à Saúde dos Servidores (PASBC), a mudança na nomenclatura do cargo de Analista, para Auditor, bem como as novas prerrogativas funcionais.

E mais avanços chegaram no final de 2024. Em plenária, os delegados da 30ª Assembleia Nacional Deliberativa (AND) do SINAL aprovaram a criação do fundo de greve. A resolução garantirá maior suporte aos colegas mobilizados e, por sua vez, maior engajamento e maior poder de negociação junto ao governo. Em 2025, o Sindicato, em data a ser definida, promoverá uma assembleia de filiados para a devida regulamentação do fundo de greve.

Nenhuma das inovações, todavia, substitui o protagonismo e participação ativa dos colegas das diversas praças espalhadas pelo país. A agenda para 2025 é extensa e apenas com o compromisso de todos conseguiremos consolidar novas conquistas. Fique atento e integre este movimento de valorização da nossa carreira, da nossa Casa e do serviço público.

## **LIVE PASBC**

A promoção em maior número de eventos virtuais possibilitou, ainda, a periodização da realização de reuniões para tratar de assuntos de interesse dos servidores, como o PASBC. O próximo encontro está marcado para 14 de fevereiro, a partir das 16h, com transmissão pela nossa página do YouTube ([youtube.com/apitotv](https://youtube.com/apitotv)).

VOLTAR PARA  
O SUMÁRIO





**GESTÃO DE PESSOAS**

## **SINAL reafirma defesa do trabalho remoto como regra na Autarquia**

---

O trabalho remoto será um dos temas dominantes na agenda de gestão de pessoas no âmbito do Banco Central do Brasil em 2025. No segundo semestre do último ano, a Administração da Autarquia chegou a ensaiar a volta do assunto à tona. Conforme informativo enviado à categoria em outubro, estavam em curso, no âmbito do Comitê Estratégico de Gestão de Pessoas (CGP) do BC, diálogos acerca da modalidade laboral.

O modelo em questão, intitulado pela própria Autoridade Monetária de “trabalho híbrido com propósito”, suscitou receios em parte do corpo funcional, diante da possibilidade de uma ruptura abrupta com o padrão vigente. O Sindicato, de pronto, reafirmou a defesa do trabalho remoto como regra, exceto por razões de caráter eminentemente técnico ou por decisão voluntária do servidor ou da equipe. Ainda, incentivou que os colegas enviassem manifestações ao CGP, ao Departamento de Gestão de Pessoas, Educação, Saúde e Organização (Depes) e à Diretoria de Administração (Dirad).

O posicionamento do SINAL levou em consideração as demandas de muitos servidores, os importantes resultados alcançados nos últimos anos, com entregas feitas a contento - Pix e Open

*Finance*, por exemplo - e os sucessivos testemunhos de ganhos de qualidade de vida por parte de colegas das diferentes praças. Em novembro, o SINALCast, o *videocast* do Sindicato, tratou do assunto, com a participação de especialistas das áreas jurídica e política. O vídeo está disponível em nosso site.

Para 2025, especialmente em decorrência das diretrizes indicadas durante a plenária da 30ª Assembleia Nacional Deliberativa (AND), o SINAL reafirma a defesa do trabalho remoto como regra na Autarquia e o compromisso de seguir buscando interlocuções sobre o tema junto à Administração.

Acompanhe notícias em nosso site ([sinal.org.br](http://sinal.org.br)).

VOLTAR PARA  
O SUMÁRIO

